

Após cobranças, Caixa corrige distorções no Super Caixa

Regularização tenta destravar comissões bloqueadas, enquanto movimento sindical pressiona por mudanças no programa.
www.bancariosfeira.com.br

APÓS INTENSAS cobranças do movimento sindical, a Caixa abriu, nesta semana, o Rede Responde #2188, canal interno que permitirá às unidades da rede de varejo regularizar a digitalização dos Termos de Adesão de aplicações em fundos de investimento realizadas no segundo semestre de 2025.

Ao todo, 656 unidades tinham termos pendentes de digitalização no sistema interno (SICTD). A ausência desses registros vinha impactando diretamente o indicador SISNS, e consequentemente penalizado a habilitação no programa Super Caixa, deixando equipes



inteiras sem o recebimento das comissões de vendas de produtos de seguridade.

As unidades tiveram até o dia 13/02 para digitalizar os documentos não digitalizados e informar a data da digitalização, ou justificar eventual impossibilidade, e adotar as providências necessárias para regularização.

O movimento sindical considera a abertura do Rede Responde representa um avanço, mas destaca que a situação evidencia problemas estruturais do próprio programa. Por isso, vai continua cobrando mudanças no programa, que é fruto constante de reclamação dos empregados.

Participe da consulta sobre o projeto que isenta o imposto de renda da PLR

UM LUTA histórica dos trabalhadores pode se concretizar. É a isenção do Imposto de Renda sobre a Participação nos Lucros e Resultados. O Sindicato chama a categoria a participar da enquete no site da Câmara dos Deputados sobre o PL 581/2019, que trata do assunto.

O projeto de lei prevê que os trabalhadores tenham o mesmo tratamento fiscal destinado aos sócios e acionistas na distribuição de lucros e dividendos. Para este



grupo, até 2025, os valores eram isentos de IR. Desde janeiro deste ano, a isenção é garantida para quem recebe até R\$ 50 mil.

Os bancários têm grande interesse na aprovação do PL, já que pagam IR no recebimento da PLR. Pressionar os deputados, portanto, é fundamental para garantir mais um passo rumo à justiça tributária.

Leia o Qr Code e participe dessa luta!

Direitos assegurados com a negociação coletiva

Apesar do discurso dos empresários, que tentam demonizar os sindicatos, afinal, respeitar e valorizar o trabalhador não são o forte dos patrões, a história mostra que direito não cai do céu. É fruto da negociação coletiva para defender emprego, salário e proteção.

Assegurada no artigo 7º da Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela CLT, após luta organizada do movimento sindical e dos trabalhadores, a negociação coletiva teve origem na Declaração de Filadelfia da OIT, em 1944. Depois, em 1949, se tornou a Convenção 98, ratificada pelo Brasil em 1952.

De acordo com a CLT, são dois modelos de negociação coletiva para os trabalhadores formais. O ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) e a CCT (Convenção Coletiva de Trabalho). E os bancários, que se preparam para a campanha salarial neste ano, têm protagonismo na luta.

A categoria foi a primeira, em 26 de outubro de 1992, a assinar CCT com validade nacional para diferentes empresas privadas. Com o documento, os bancários passaram a ter política de reajustes, PLR (Participação nos Lucros e Resultados), além de auxílios alimentação, refeição, transporte e saúde, licença-maternidade, entre outras conquistas.

Mas, a negociação coletiva encontrou uma pedra no caminho: a reforma trabalhista aprovada pelo governo Temer em 2017, que acabou com a ultratividade. Ou seja, suprimiu a garantia de manutenção dos direitos até a assinatura de um novo acordo.

A reforma também incentivou, não por acaso, a negociação individual, enfraquecendo o papel dos sindicatos e deixando os trabalhadores à mercê da vontade dos patrões.

CAFÉ COM os bancários

25/02 - 8:30 Sede do Sindicato
Rua São Cristóvão, 725, Santa Mônica

- ✦ **Bate-papo sobre NR-1 e impactos no setor bancário**
com o advogado Dr. Eusébio de Carvalho
- ✦ **Novas tecnologias para o combate da LER/DORT**
com o Fisioterapeuta Iuri Ramos
- ✦ **Massoterapia**
com a Massoterapeuta Wliana Cruz

BANCÁRIOS

O BANCÁRIO!

Ano 2025 - Edição: 05 18/02 a 22/02

Presidente: Eritan Machado

Mudança no ponto do Bradesco pode gerar minutos não contabilizados

Funcionários devem redobrar a atenção com o novo modelo de marcação de ponto
www.bancariosfeira.com.br



O BRADESCO alterou o sistema de registro de ponto e, desde segunda-feira (09/02), a marcação da jornada passou a ser feita diretamente no terminal. A mudança exige atenção redobrada dos funcionários para evitar distorções no controle da jornada e possíveis prejuízos relacionados ao tempo efetivamente trabalhado.

Com o novo sistema, o registro depende do login no terminal, o que torna fundamental que o trabalhador, antes de iniciar qualquer atividade, registre primeiro a entrada. Da mesma forma, ao final do expediente, é necessário concluir todas as demandas e somente depois registrar a saída, garantindo que nenhuma tarefa seja realizada fora do horário contabilizado.

O diretor do Sindicato dos Bancários de Feira de Santana e funcionário do Bradesco, Wanderlon Cordeiro, alerta que a mudança

pode abrir brecha para que minutos diários de trabalho não sejam computados, o que, ao longo do mês, pode representar perdas importantes.

“Precisamos ficarmos atentos e mostrar que estamos acompanhando a mudança e denunciar o que pode vir a ser uma forma do banco ganhar alguns minutos dos funcionários, são 10, 20 minutinhos que podem fazer a diferença no final do mês”, destacou.

Segundo Wanderlon, já foram observadas

situações em que trabalhadores registram o ponto e seguem resolvendo pendências internas, como pegar visto, entregar documentos na expedição, repassar valores para TS, prestar contas de metas ou finalizar outras tarefas operacionais.

O Sindicato reforça que toda atividade deve ser realizada dentro do horário registrado e orienta que os trabalhadores fiquem atentos e procurem a entidade caso identifiquem qualquer prática que resulte em jornada ampliada sem o devido registro.

Resultado robusto do BB vem acompanhado de preocupação sindical

O BANCO DO BRASIL obteve o lucro de R\$ 5,742 bilhões no quarto trimestre 2025, um crescimento de 51,7%, em relação ao terceiro trimestre e um recuo de 47,2% em comparação com o mesmo período de 2024. No acumulado do ano, o lucro líquido ajustado foi de R\$ 20,685 bilhões, uma queda de 45,4% em relação ao ano anterior. As novas regras contábeis e aumento da inadimplência pressionaram o resultado, segundo a empresa.

O banco destacou que a geração de receitas está aumentando, apesar das pressões provocadas pela inadimplência. Segundo o banco, as receitas financeiras com crédito a pessoas físicas e com o Programa Crédito do Trabalhador têm ajudado.

Mesmo com o resultado, o anúncio de mudanças internas na estrutura organizacional da instituição gerou atenção



do movimento sindical, que acompanha os possíveis impactos sobre os trabalhadores.

O movimento sindical se reuniu com o gerente geral da GEPES do Banco do Brasil II, Gutierre Santiago. Segundo o representante do banco, as alterações fazem parte da nova estratégia da empresa e incluem a criação de mais de 1.100 funções comissionadas.

De acordo com as informações apresentadas, as agências de nível F passarão a contar com duas funções comissionadas, com abertura de 75 novas vagas. As entidades sindicais ressaltaram, no entanto, que o programa não foi previamente apresentado nem negociado com a representação dos trabalhadores e que a reestruturação modifica o quadro de pessoal, com algumas unidades ganhando e outras perdendo funcionários.

A preocupação fica principalmente com os trabalhadores não comissionados, que podem ser deslocados e até transferidos para unidades mais distantes. O movimento sindical cobra que não haja movimentações compulsórias e seguirá acompanhando de perto a reestruturação para evitar prejuízos ao funcionalismo.